

## UM NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

Fernando Reichert<sup>1</sup>

Bárbara Reichert<sup>2</sup>

Carline Ternus<sup>3</sup>

Ana Bell Henn<sup>4</sup>

### Resumo

Itapiranga é considerado, um centro de grande influência aos municípios vizinhos, foi emancipada no ano de 1954, concentrando as atividades econômicas na agricultura, indústria e comércio. Hoje representa o segundo município com maior população da região e com índices ligeiramente positivos. Portanto, em prol da história da cidade e considerando o seu grande desenvolvimento nesses aproximados 69 anos, será proposto uma nova edificação para o Centro Administrativo Municipal, para representar a auto eficiência e, conseqüentemente, proporcionar um atendimento aos funcionários e população de forma mais prazerosa e acolhedora, visando que a atual edificação não comporta todas as secretarias existentes e seus 56 anos de existência, trouxeram avarias e desgastes, além de não apresentar métodos construtivos que possam acompanhar o desenvolvimento do município. Desta forma, foi possível viabilizar elementos executáveis e espaços necessários para atender a demanda e a municipalidade, através de análises, estudos e, visita presencial na atual sede da administração. Em posse dessas informações, o anteprojeto será desenvolvido com requisitos atuais que representam um avanço, a partir de alternativas que trazem maior agilidade na construção, flexibilidade para os espaços, facilidades para ampliações e otimizações dos espaços, envolvendo o seu entorno, a praça municipal, agregando maior valor para com a sustentabilidade e arborização.

**Palavras-chave:** Prefeitura. Poder Público. Edificações Públicas.

### Abstract

Itapiranga is considered, a center of great influence to neighboring municipalities, was emancipated in the year 1954, concentrating economic activities in agriculture, industry and commerce. Today it represents the second municipality with the largest population in the region and with slightly positive indexes. Therefore, for the sake of the history of the city and considering its great development in these approximate 69 years, a new building will be proposed for the Municipal Administrative Center, to represent self-efficiency and, consequently, provide a service to employees and population in a more pleasant and welcoming way, aiming that the current building does not include all the existing secretariats and its 56 years of existence, brought breakdowns and wear, in addition to not presenting constructive methods that can accompany the development of the municipality. In this way, it was possible to enable executable elements and spaces necessary to meet the demand and

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. Email: reichert.fernando@outlook.com

<sup>2</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela IMED. Docente e coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. E-mail: barbara@uceff.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação Midiática, pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. E-mail: carline@uceff.edu.br

<sup>4</sup> Especialista em Design de Interiores, Decoração e Ambientação Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. Email: anahenn@uceff.edu.br

the municipality, through the analysis of other prefectures, with case studies and face-to-face visit at the current headquarters of the administration. In possession of this information and studies, the preliminary project will be developed with current requirements that represent an advance, from alternatives that bring greater agility in construction, flexibility for the spaces, facilities for expansions and optimizations of the spaces, involving its surroundings, the municipal square, adding greater value to sustainability and afforestation.

**Keywords:** City Hall. Public Power,.Public Buildings.

## **Introdução**

Um centro administrativo de acordo com Hohl (2017), é a sede da administração do governo, onde se concentra o Poder Público, que planeja e desenvolve todas as atividades municipais. Suas atribuições estão voltadas através das áreas específicas, coordenação, orientação, acompanhamento, elaboração quanto a execução dos trâmites administrativos e financeiros, como também o cuidado com despesas dos vários setores, honorários, materiais e questões patrimoniais, instalações, acervos, documentações bem como a movimentação, manutenção e preservação.

Além disso, o centro administrativo de um município, também dispõe de atendimento ao público e oferece espaços públicos para programações e lazer. Onde são desenvolvidas atividades e integrações, trazendo a oportunidade para a população fortalecer a relação de solidariedade, convivência e socialização em um todo, pois os espaços públicos possuem um papel determinante na sociedade urbana, servindo como locais de encontros, relações, convívio e trocas, entre os mais diversos grupos de uma comunidade. Assim, a existência e qualidade destes, está diretamente relacionada a uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos (SELL, 2017).

Dessa maneira, considerando que a construção da sede atual da prefeitura, ocorreu em 1967, a qual já oferece espaços defasados em questão de tamanhos, flexibilidade e utilidades, e ainda, não garante a acessibilidade a qualquer usuário. Na ideia de melhorar os fluxos de circulação e trabalho, grande parte das salas possuem usos adaptados, ventilação restrita e/ou baixa exposição a iluminação, conforme realizado levantamento in loco. Além da edificação térrea, estar exposta a qualquer nova enchente que possa vir ocorrer, com o aumento da precipitação das chuvas (JUNGBLUTH, 2011), outrossim, dentre vários fatores foi inevitável a constatação da

necessidade de uma nova edificação.

Portanto, com o intuito de propor um Centro Administrativo ao município, beneficiando não só a cidade com uma nova edificação, mas, sim, trazer à administração pública, munícipes e visitantes um espaço projetado acessível, com possível remodelação de espaço interno caso seja necessário, que atenda toda a demanda existente hoje no município e futuras novas gestões. Integrando, novos ambientes quando necessário e aperfeiçoar, além da prefeitura, os estacionamentos e vagas para veículos e a praça das Bandeiras, através de métodos da arquitetura moderna.

Desta forma, esse estudo tem o objetivo geral em desenvolver uma proposta e solução, voltada a um novo Centro Administrativo Municipal (Prefeitura) na cidade de Itapiranga - SC, para proporcionar um acolhimento mais humanizado e específico para a administração pública e população no geral, com modernização e planejamento da edificação, junto com o entorno urbanístico. Contudo, se torna essencial conhecer a história do centro administrativo, entendendo seu funcionamento, conceitos e normas para seu desenvolvimento, compreender possíveis e necessários espaços que possam vir a atender melhor a demanda e municipalidade, a partir de exemplos e inspirações de outras edificações compatíveis com a proposta, além de desenvolver diretrizes projetuais e programa de necessidades.

O município de Itapiranga/SC possui aproximadamente 286,1 km<sup>2</sup> de área territorial e está localizado na região do extremo oeste do estado de Santa Catarina, na margem direita à montante do Rio Uruguai. Outrossim, parte do município está dentro de uma Área de Preservação Permanente (APP), uma vez que, em diversos trechos, o rio ultrapassa os 600 metros de largura, motivo o qual se foi realizado o mapeando das áreas consideradas de risco de escorregamentos, deslizamentos e inundações (Mazzardo, 2020).

Considerando, obra pública, com base na lei federal, a qual prevê que toda construção de edifício público e, também, caso venha a ser realizada alguma reforma ou ampliação, destinadas ao uso coletivo, deverão ser executadas a fim de atender a normas de acessibilidade ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência

ou com mobilidade reduzida, com acessos livres de obstáculos e barreiras, sinalização pertinente, ao menos um banheiro acessível e vagas de estacionamento exclusivas e reservadas (Brasil, 2000).

Deste modo, sabendo que a população de Itapiranga/SC, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001 era de aproximados 13.854 habitantes e 17.139 habitantes em 2021, com uma variação positiva de aproximadamente 23% de crescimento da população. Conseqüentemente, gerando maior demanda municipal em prestações de serviços básicos, manutenções urbanas e rurais, além do atendimento ao público, atendendo 27 comunidades interioranas, bairros e centros. Ainda, o aumento da quantidade de veículos dispostos para deslocamentos e prestações de serviços, demandam de um local adequado para estacionamento e abrigo (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2015).

A implantação de um novo Centro Administrativo se faz necessária para acompanhar o grande desenvolvimento do município, Itapiranga, segundo os dados da empresa Aquila, que avalia índice de desenvolvimento dos municípios brasileiros, é destaque no índice de Gestão Municipal, avaliada, por meio de cinco pilares: estruturais, eficiência fiscal e transparência, educação, saúde e bem-estar, infraestrutura e mobilidade, desenvolvimento sócio econômico e ordem pública. Além disso, o município também se encontra na lista das 100 melhores cidades para se viver considerando condições urbanas e serviços coletivos (IBEU-Municipal, 2020).

O atual centro administrativo municipal, não acompanhou o desenvolvimento do município, assim como da população e integrantes no geral. Como pode se observar na evolução histórica das administrações públicas, desde o período colonial até os dias atuais podemos perceber a evolução das equipes administrativas e dos edifícios utilizados como sedes. Os mesmos passaram por diferentes etapas que geraram diferentes arquiteturas representativas (Freitas, 2005).

Além disso, por motivos de a edificação estar próxima as margens do Rio Uruguai, pode ser inundada a qualquer momento, caso venha ocorrer nova enchente, como já ocorreram em anos anteriores, forçando a imediata retirada dos equipamentos e móveis de todo pavimento, sem contar com os riscos e acidentes que

possa vir a ocorrer, em virtude da atual forma de utilização do subsolo, com salas de atendimento, depósitos e demais ambientes, quando com base em lei, sua construção deve ser em pilotis e, ocupada para estacionamentos e depósitos abertos.

### **Centro Administrativo**

O Centro Administrativo é o local onde são formadas, discutidas, regulamentadas e planejadas as ações que devem ou serão executadas e desenvolvidas no município, além das leis, aplicações e movimentações dos recursos do tesouro municipal e projetos de desenvolvimento econômico. Por isso, este espaço necessita de um ambiente de trabalho planejado e bem executado, para preservar a organização e estímulo para os funcionários que nele trabalham (Caulliraux; Yuki, 2004).

As edificações públicas ou prefeituras, devem ter condições e possibilidades de alcance para utilização com segurança e autonomia, isso está previsto no Capítulo IV, art. 11 da Lei nº 10.098, toda população, inclusive pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, tem o direito de acessibilidade em edifícios públicos (Brasil, 2000).

Os poderes executivo, legislativo e judiciário, antigamente eram considerados um só poder, portanto estavam situados no mesmo local. Com uma arquitetura monumental, as edificações demonstravam sua autoridade máxima e poder supremo. Mesmo em 1930, quando se instituiu as prefeituras, por meio do Decreto nº 19.398, as construções continuavam imponentes e geralmente remetiam ao período e a colonização de cada local (Andrade e Vinícius, 2015).

Os edifícios públicos administrativos sempre estiveram presentes e atuantes nas estruturas das cidades e juntos aos espaços coletivos de grande importância, passando assim a representar na maioria das vezes a liderança, a ordem, o poder através de sua arquitetura, impondo a supremacia de um governo (Lamas, 2004).

Deste modo, se resgata outro conceito de centro administrativo de tempos passados, conhecido por uma expressão que se encaixa perfeitamente nos moldes modernistas, o “centro cívico”, quando a cidade passa a ser entendida como lugar

cívico, ampliando o leque de abordagens sobre o espaço público (Abrahão, 2008).

Nesse contexto, o Centro Cívico surge com o movimento modernista, seguindo o modelo de zoneamentos simplificados e inflexíveis. Dentro do conceito da cidade jardim, os edifícios políticos administrativos ficavam juntos no centro da cidade, obtendo assim fácil acesso aos serviços públicos. A praça nesses locais, representava uma característica especial, aos edifícios destinados a altos órgãos da administração pública a seu redor. Atualmente, os edifícios públicos não querem demonstrar poder absoluto como faziam as antigas construções. Onde as grandes fachadas de vidro e as grandes rampas de acesso querem demonstrar uma política pública transparente e acessível (Andrade; Vinícius, 2015).

Logo, a administração pode ser entendida como conjunto de órgãos e funcionários mantidos com recursos públicos, ou seja, a partir da contribuição de todos munícipes, e também são encarregados de praticar as normas necessárias para o bem-estar social como um todo (KEINERT, 2000). Ou ainda, a administração pública, pelo fato de ser uma atividade exercida por um Estado, deve buscar conseguir o bem-estar coletivo, a atividade de administrar passou a existir quando o homem começou a organizar seu tempo, afazeres e recursos (Caulliraux; Yuki, 2004).

O autor Meirelles (2016), relata que o poder municipal por sua vez, de controle das edificações decorre, da Constituição Federal, a qual concede competência expressa ao Município, para promover o ordenamento de seu território, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, autorizando as construções caso pertinentes, respeitando-se o direito dos vizinhos e as normas administrativas vigentes do determinado município.

Contudo, os atuais centros administrativos lembram os paços municipais, que eram os locais de animação histórica e funcional da gestão de uma cidade, com paisagens, espaços, particularidades interessantes e importantes, onde se encontravam próximas, importantes edificações representativas como praça, igreja, câmara de vereadores, museu, biblioteca e a própria prefeitura (Haerter, 2009).

Com base nesses autores, é perceptível que a grande maioria das novas edificações de uso público, abandonaram modelos anteriores com escadas enormes,

bem como outros elementos utilizados antigamente como forma de representar imponência, buscando fachadas com vidraças, brises e similares para mostrar a transparência que o poder público tem ao governar. Entretanto, buscam ainda algum diferencial arquitetônico destaque, diferenciado e atrativo. Além disso, a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, também devem ser observados atualmente durante o projeto, construção e adaptação de ambientes urbanísticos e arquitetônicos, para proporcionar que um maior número de pessoas possa utilizar de maneira autônoma e segura o ambiente, conforme Capítulo IV, art. 11 da Lei nº 10.098 de 2000.



### **Histórico da administração pública de Itapiranga-SC**

O município de Itapiranga está localizado na região extremo oeste do estado de Santa Catarina. Sua fundação aconteceu no ano de 1926, tendo permanecido por quase três décadas como Distrito do município de Chapecó. Após muita dedicação e articulações políticas, Itapiranga conquista sua emancipação, de acordo com a Lei Estadual nº 133 firmada pela Assembleia Legislativa, que consagrou o município de Itapiranga políticoadministrativamente no início dos anos de 1954. Desta forma, o ato solene da instalação do município, ocorreu no dia 14 de fevereiro do mesmo ano, presidida por inúmeras autoridades, junto ao escritório da Marcenaria Goerck e Filhos (Imagem 02) na Rua do Comércio, cedido então como sede da prefeitura (HANN, 2005).

Imagem 02: Primeira prefeitura de Itapiranga, administração de “Wilibaldo Schoeler” em 1954.



Fonte: Acervo do Museu Almiro Theobaldo Muller, 2023.

Desde então, a equipe administrativa buscou desenvolver a legislação municipal, indispensável para governar o novo município e providenciar infraestrutura físicas mínimas para seu desenvolvimento. Com propósito de atuar e trabalhar em harmonia com a população, os religiosos, as autoridades governamentais e a Volksverein (Sociedade União Popular), os quais possuíam poder de influência sobre as decisões do novo município (Jungblut, 2011).

Neste período, segundo Mazzardo (2020), o perímetro urbano foi ampliado e houve alargamento das ruas do Comércio e Uruguai, hoje Avenida Uruguai, além da aquisição de terrenos da Volksverein para a construção de praças e parques a fim de criar espaços públicos. Em 1966, as transformações do espaço urbano prosseguiram e visando o início da construção da nova Prefeitura Municipal, na quadra da Praça das Bandeiras, foi contratado um engenheiro para proceder o levantamento topográfico da área destinada à construção.

Após dez anos de emancipação, foi estabelecida a primeira legislação com teor de controle urbanístico com deliberações sobre o parcelamento do solo. No mesmo ano, foi aprovado o primeiro Código de Posturas que dividiu o município em perímetro urbano, suburbano e rural, com proibição da passagem de tropas de animais pelas ruas



principais da cidade e de manter animais de montaria sobre os passeios (Itapiranga, 1964). Este código, representou um grande avanço nas preocupações com a urbanização, pois estabeleceu uma série de determinações quanto às construções em alvenaria e em madeira e ao alinhamento predial, e surpreendeu pela tentativa de controle da estética das fachadas dos edifícios, cujos projetos deveriam ser submetidos ao Prefeito Municipal para aprovação, podendo serem rejeitados (Mazzardo, 2020).

Desta forma, o desenvolvimento do espaço urbano de Itapiranga foi iniciado e aperfeiçoado com o passar dos anos, concretizando a situação da atualidade. É preciso salientar, a grande influência que o Rio Uruguai teve nesse processo, pois a partir do leito do rio, que se formatou e delineou o princípio do espaço urbano, se gerou a rua em formato urbano linear e paralela ao longo do rio, que com o engrandecimento do município, continuaram em vias paralelas e perpendiculares (Mazzardo, 2017).

Portanto, com fundamento nas informações referenciadas é possível compreender como foi o início da atuação da administração pública de Itapiranga, dentre as dificuldades enfrentadas e formas utilizadas para o encaminhamento do município. Com isso, a partir da análise desses fatos, fica evidente a importância da construção de sua sede em 1967, a qual apresentou grande evolução construtiva, ampliação e desenvolvimento até o ano de 1976. Porém, após a estagnação da edificação de 1976, salientando todo o desenvolvimento apresentado pelo município até os dias atuais, com maior número de funcionários, hoje a prefeitura emprega mais de 100 pessoas que atuam na sede, grande quantidade de veículos próprios para deslocamento dos servidores, avanços tecnológicos e concentração de mais aparelhos eletrônicos. Além, do aumento de números de secretarias, com funções somadas e diferentes de décadas passadas, portanto, observando que a atual edificação não teve progressos muito significativos, em questões de crescimento e ampliação, se concretiza a necessidade de uma nova edificação, possibilitando ao município, maior desenvolvimento e organização funcional.

### **Arquitetura e o espaço do Centro Administrativo**

A arquitetura moderna tem como principal critério construir a partir da

utilização de itens simples, mas ao mesmo tempo surpreendentes e avançados. Desta maneira, comporta um novo repertório de formas, além de um novo modo de pensar. Com a continuidade do processo de mudança social, foi possível difundir dentre várias gerações da população. A arquitetura moderna passa a herdar, assim, a antiga inspiração romântica e fantasiosa aparência visual, pelos materiais tradicionais, ambientes atrativos e tranquilos (Benevolo, 2001).

De forma otimista, o espaço público recebeu a denominação de espaço coletivo, ou seja, que não pertence a um indivíduo, nem classe ou corporação, mas sim a todo o povo. Dentre os quais, a Prefeitura Municipal possui uma estrutura administrativa dividida em secretarias, órgãos que organizam a administração pública do município, variando de um município para outro, pois possuem autonomia para estabelecer a sua estrutura administrativa e respectivas funções de cada secretária (Ghirardo, 2009).

Entre os principais ambientes de um Centro Administrativo, o gabinete do prefeito e vice-prefeito, tem como objetivo formular a política geral do governo, ministrar assistência ao prefeito municipal em suas relações político-administrativas com os cidadãos, autoridades de todas esferas e entidades públicas e privadas (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria Municipal de Saúde, desenvolve o papel de analisar, promover, planejar e trabalhar as questões de prevenção e promoção da saúde, como também o tratamento adequado das doenças e a reabilitação do ser humano. Ora, desenvolve atividades de âmbito municipal garantindo a universalidade, igualdade e integralidade da assistência em Saúde Pública (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto projeta os trabalhos buscando excelência e qualidade do ensino público, a qual compete a administração e a execução dos programas de educação e assistência escolar da Administração Municipal, bem como garantir acesso a educação, cultura e esporte para a formação dos cidadãos (Prefeitura Municipal de itapiranga, 2023).

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município trabalha em promover o desenvolvimento econômico sustentável através de captação de

recursos e execução de políticas públicas do município (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, possui a competência de controlar e fornecer subsídios necessários aos agricultores, além de desenvolver política agrícola e pecuária (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços tem o papel de planejar e desenvolver ações em todos os setores, buscando transparência e envolvimento dos munícipes nos diversos roteiros (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria de Transportes e Obras desenvolve os serviços de conservação das estradas gerais e acessos, através de manutenções periódicas. Além, da colocação de tubos, manutenção de pontes e serviços para loteamentos, empresas e agricultores (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria Municipal de Assistência Social desenvolve um trabalho importantíssimo para com o município, visando incluir socialmente a população mais vulnerável, além de proporcionar as famílias o serviço de Proteção Social Básica (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, é o departamento encarregado de elaborar os planos e programas de desenvolvimento do Município, em conjunto com as demais, planeja e desenvolve ações em todos os setores (Prefeitura Municipal de Itapiranga, 2023).

Outrossim, em alguns municípios é possível observar subdivisões em secretarias diversas das mencionadas ou ainda, a existência de secretarias auxiliares e de coordenadorias para tratar de assuntos específicos, de outras esferas (Zmitrowicz, 2012).

Portanto, vale ressaltar a importância de ambientes dentro da edificação pública para bem atender os servidores. A importância de um bom fluxograma, ambientes com dimensões compatíveis e com bom aproveitamento da iluminação e ventilação natural, são indispensáveis para projetos atuais. Contudo, atualmente as secretarias de Assistência Social, da Saúde, de Desenvolvimento Econômico e Turismo

e a Secretaria de Transporte e Obras, estão localizadas em outras edificações, próprias do município.

### **Praça como um espaço de integrações e relações na cidade.**

A partir de formas e dimensões são constituídas as cidades e tecidos urbanos, onde são instaladas edificações, praças e espaços urbanos. Esses espaços tendem a serem gerados em padrões repetidos de unidades urbanas mínimas com certas ordens e ritmos. A arquitetura é caracterizada pela introdução de elementos construídos sobre esses espaços urbanos de integração, buscando organizar de modo racional esses ambientes (Martins, 2012).

De acordo com Farr (2013), os espaços urbanos são formados por parques e praças, onde geralmente possuem localização privilegiada e em uma pequena distância, podendo ser acessados a pé, por uma grande parte da população. Na maior parte dos casos, estão equipados com bancos, parques infantis e áreas específicas para os moradores passearem com animais de estimação, além de várias gerações colecionarem memórias e realizarem encontros sociais casuais.

Assim como os parques e praças com áreas verdes, equipamentos urbanos de captação de água pluvial ou com vistas diferenciadas para algum elemento natural, desempenham um grande papel para a população, inclusive agregam valores em imóveis próximos, trazendo retorno não só para empreendedores privados como também para o governo (Farr, 2013).

Contudo, as praças são importantes espaços de socialização e lazer dos moradores da cidade e visitantes. Além de ser um instrumento que o poder público pode usar para a sensibilização das pessoas, das questões ambientais e ponto de referência (Souza, 2018).

Segundo Souza, A., (2018, p. 10), “como espaço público, as praças desenvolvem uma série de benefícios no ambiente urbano, entre elas a integração da comunidade e a melhoria da qualidade ambiental das pessoas que a frequentam”. Por isso, um bom planejamento sobre as vantagens das áreas verdes urbanas geram contribuições positivas para melhorias. Apesar da constante modificação das praças atualmente,

diante da dinâmica da vida moderna e dos problemas ambientais, esses espaços desempenham inúmeros privilégios para a qualidade ambiental das cidades (Souza, A., 2009).

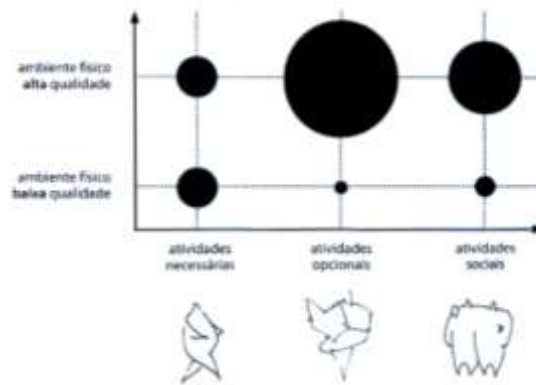
Robba e Macedo (2002), definem as praças como espaços urbanos livres de edificação. Pois esses locais públicos, devem ser frequentados com o intuito ao lazer e ao convívio interativo da população, sem acesso a veículos e frequentável por qualquer pessoa. Através do desenvolvimento das cidades no tempo e espaço as praças mudaram as suas funções de usos, porém a índole social ainda permanece.

No decorrer dos dias, a praça apresenta uma fisionomia diferente, porque o usuário muda, o elemento que lhe dá vida muda, que determina a dinâmica da praça. Desta maneira, a praça pode está limpa, bonita e imponente, no entanto quando os portões se fecham, fecham também as relações de convivência, o uso e apropriação dos espaços. A praça não possui uma rotina determinada, mas faz parte da rotina de vários usuários que frequentam diariamente o espaço há anos. Para essas pessoas a praça é a extensão de sua casa e a familiaridade com o ambiente é tão grande que eles se sentem donos falam e agem como proprietários (SOUZA, A., 2009).

Souza, E., (2018), salienta que o estado de manutenção e cuidado das praças pode representar o interesse da população pelo lugar, sendo ele positivo ou negativo. Pois, a partir do momento que o espaço estiver deteriorado ou em condições precárias, acaba ocasionando rejeição por parte do interessado. Entretanto, um ambiente bem conservado gera aceitação e agrega sentimentos pelo local.

Outrossim, os espaços públicos abertos proporcionam atividades distintas e benéficas à população, o autor Gehl (2011), categoriza tais atividades como necessárias, as obrigatórias como ir à escola ou ao trabalho, opcionais, aquelas desenvolvidas por desejo de fazer, como por exemplo, uma caminhada, e sociais, as quais dependem da presença de outros nos espaços públicos para poder interagir. Concluindo assim, que se o ambiente físico estiver em boas condições, as atividades opcionais e sociais serão as mais realizadas, conforme representação abaixo (Imagem 03).

Imagem 03: Representação gráfica da ligação entre qualidade de ambientes externos e atividades ao ar livre.



Fonte: (Gehl, 2015, p. 21).

As praças, deve-se permitir a realização de atividades opcionais e sociais, e oferecer um bom equipamento físico. Pois nesses espaços, ocorrem integrações frequentes e muitas vezes gera sensação de segurança aos indivíduos. Além de aumentar o entusiasmo e atratividade da cidade, tornando-a memorável (PIPPI; LAUTERT, 2019).

Ainda de acordo com os autores, Pippi e Lautert (2019), em espaços públicos, os usuários muitas vezes compartilham equipamentos coletivos, criando um vínculo amigável entre os ocupantes. Assim, esses espaços livres são ótimos aliados a formar oportunidades de interação social, colaborando para o aumento da coletividade na cidade como espaço democrático. Essa mistura e convivência de pessoas de diferentes gêneros, idades e classes sociais nesses locais, contribuem de várias formas, como para a segurança, fortalecem a cidadania, além de convidar mais usuários a participar desses eventos, formando integração entre várias pessoas.

## Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho iniciou-se por meio de pesquisa qualitativa através de um estudo teórico e exploratório, a partir de pesquisas bibliográficas, a fim de desenvolver e pesquisar assuntos relacionados ao tema escolhido, onde foram

analisados e coletados dados e informações junto a artigos de revistas, teses e dissertações, publicações científicas, assim como livros e sites governamentais.

Após isso, dois estudos de caso relacionados a temática proposta na pesquisa, foram desenvolvidos, através dos métodos segundo Pause & Clark, analisando pontos positivos e negativos, servindo de fonte de estudo e inspiração, para chegar as formas, ambientes e funcionalidade dos espaços, além do programa de necessidades.

Realizada a parte anterior, foi desenvolvido um estudo sobre o terreno de implantação da proposta do anteprojeto, em um raio de 400 metros, no qual se objetivou realizar um diagnóstico do local, avaliando as condicionantes físicas, legais e fatores naturais. Estabelecendo assim os processos para a elaboração do projeto.

Em conclusão, no TCC 2, será realizado a elaboração de um anteprojeto arquitetônico, de um Centro Administrativo para a cidade de Itapiranga. Por meio de plantas técnicas e humanizadas, cortes, fachadas, volumetrias e demais representações gráficas, será obtido o projeto e proposta final.

### **Apresentação e análise de dados**

Primeiramente, entender o que é de fato, um Centro Administrativo de um município é essencial para prosseguir com a análise, sendo assim, resume-se em um local onde são formadas, discutidas, regulamentadas e planejadas as ações que devem ou serão executadas e desenvolvidas no município, além das leis e suas aplicações, movimentações dos recursos do tesouro municipal e projetos de desenvolvimento econômico. Por isso, este espaço necessita de um ambiente de trabalho planejado e bem executado, para preservar a organização e estímulo para os funcionários que nele trabalham, desenvolvendo suas funções (Caulliraux; Yuki, 2004).

Logo, vale ressaltar que os edifícios públicos administrativos sempre estiveram presentes e atuantes nas estruturas das cidades e juntos aos espaços coletivos de grande importância, passando assim a representar na maioria das vezes a liderança, a ordem, o poder através de sua arquitetura, impondo a supremacia de um governo (Lamas, 2004).

Desta forma, considerando o centro administrativo de Itapiranga/SC, se buscou

entender em primeiro momento sua origem e história, após a emancipação municipal. Com isso, ocorreu a posse de Wilibaldo Schoeler, como primeiro prefeito do município, na época indicado pelo governador do estado. A partir disso, ocorreu o desenvolvimento do município, até se concretizar a construção da atual sede, entretanto, em 1954, o prefeito em exercício alugou um ponto comercial para locar a prefeitura e, somente em meados de 1967 que iniciou a construção da edificação própria do município vindo a receber constantes ampliações para atender as demandas da municipalidade.

Esse espaço público, onde está localizado o Poder Público, não pertence a um indivíduo, nem classe ou corporação, mas sim a todo o povo. Entretanto, cada Prefeitura Municipal possui uma estrutura administrativa dividida em secretarias, órgãos que organizam a administração pública do município, ficando por responsabilidade de cada administrador denominar e definir sua equipe de trabalho, da forma que entender a melhor execução das tarefas e desenvolvimento geral, ficando aquela estrutura administrativa responsável pela gestão municipal (Ghirardo, 2009).

Além disso, é de responsabilidade do governo municipal, disponibilizar espaços urbanos de integração, praças e espaços de lazer. Os quais geralmente possuem localizações privilegiadas e em pequenas distâncias, sendo de fácil acesso por grande parte da população. Por isso, realizar planejamentos sobre as vantagens das áreas verdes urbanas geram contribuições positivas para melhorias e aperfeiçoamentos desses espaços. Apesar da constante modificação das praças atualmente, diante da dinâmica da vida moderna e dos problemas ambientais, esses espaços desempenham inúmeros privilégios para a qualidade ambiental das cidades (SOUZA, A., 2009).

As praças (espaços públicos) permitem realizar atividades opcionais e sociais, e oferecer diversidades para a vida da população. Contudo, nesses ambientes ocorrem integrações entre amigos e familiares, aumenta o entusiasmo e atratividade de uma cidade (PIPPi; LAUTERT, 2019).

## **Considerações Finais**



Com o objetivo de propor um novo Centro Administrativo para o município de Itapiranga, foi realizado um levantamento histórico, tanto da cidade como da atual construção da sede da prefeitura. Com isso, o desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio de pesquisa qualitativa, estudo teórico, exploratório e por meio de pesquisas bibliográficas, buscando entender melhor as demandas, necessidades, fluxos, quantidade de servidores, veículos e serviços prestados para a população.

Deste modo, com intuito de trazer uma edificação atualizada e contemporânea, foram levantados métodos construtivos que visam maior qualidade, praticidade e organização no projeto como um todo. Como exemplo, o uso da construção pré-fabricada, para facilitar futuras ampliações e o uso do piso elevado, para executar as instalações elétricas, hidráulicas dentre outras diversas finalidades, que visa maior praticidade em casos de mudanças no interior dos ambientes e manutenções necessárias.

O tema escolhido, foi motivado pela atual situação da prefeitura, a qual não atende a demanda da municipalidade em questão de espaço e estrutura, em questão do grande desenvolvimento do município. Com mais de 56 anos de existência, apresenta avarias, ambientes sem iluminação e ventilação adequadas, além de espaços sem o correto fluxo dentre os setores e locais com metragens quadradas reduzidas.

Dentro deste contexto, a presente proposta de um anteprojeto de um Centro Administrativo, o qual será desenvolvido no próximo semestre, contribuirá para o melhor desenvolvimento do município, valorizando os servidores públicos, que ganham com melhores meios para desenvolver as atividades e serviços, contudo, também atender a população e público em geral de forma mais padronizada, acessível a todos e em ambientes aconchegantes. Junto com a nova construção, será envolvido o entorno, a praça das bandeiras, que é um espaço fundamental para a socialização e integração da comunidade para com o poder público.

Desta forma, o desenvolvimento desse trabalho proporcionou conhecer um espaço público de forma mais detalhada, sendo fundamental para entender normas, leis, diretrizes, distribuição dos ambientes e exigências fundamentais e indispensáveis para elaborações de projetos dessa natureza. Poder proporcionar espaços, nos quais

os frequentadores tenham boas experiências e um convívio saudável, iluminação, ventilação adequada, gera ao profissional responsável a certeza de dever cumprido, o que exige dedicação e responsabilidade em todos os momentos da área profissional.

Assim, fica-se na expectativa de um dia, que realmente os itapiranguenses sejam contemplados com uma nova sede administrativa para atender as necessidades e, que os desejos e opiniões sugeridas por alguns dos servidores na visita in loco, sejam de certa forma atendidos.

### Referências

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Ed. Annablume/Fapesp, 2008.

PEREIRA DE SOUZA, Adslane. **Análise da qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da praça dois de julho - campo grande salvador-bahia**.

A IMPORTÂNCIA DO PAÇO MUNICIPAL. Erechim: Vicências, v. 5, maio 2009. Semestral. Disponível em: [http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero\\_007/artigos/artigos\\_vivencias\\_07/Artigo\\_14.pdf](http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_007/artigos/artigos_vivencias_07/Artigo_14.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

ANDRADE, T.; VINÍCIUS, A. **Centro cívico: a atmosfera além da arquitetura**. o estúdio pólis, fundado em 2014. Disponível em < <https://estudiopolis.com.br/site/inicio/> > Acesso em 29 de março de 2023.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2001. 815 p.

BRENNAN, Paul. Impactos Ambientais da Construção Civil. 2019. Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/impactos-ambientais-da-construcao-civil/>. Acesso em: 05 abr. 2023. - - - BERTRAM, Nick. Construção modular: Dos projetos aos produtos. 2019. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/capabilities/operations/our-insights/modular-construction-from-projects-toproducts>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CAULLIRAUX, Heitor; YURI, Mauro (org.). **Gestão pública e reforma administrativa**. Florianópolis: Editora Lucerna, 2004. 281 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo : Makron Books, 1997.

DIAS, Hentique. 2004. Sistemas estruturais para grandes vãos em pisos e a influência na concepção arquitetônica. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.044/622> Acesso em: 22 mar. 2023.

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. Ed. Annablume/Fapesp, 1ªed, 2008.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookmann, 2013. 326 p.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 304 p.

HAHN, Mauro. **Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)**. 2005. 121 f.. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas).

HOHL, Guilherme Frederico de Oliveira. **Centro administrativo**. 2021. Disponível em: <https://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/areas-da-crh/centro-administrativo/centroadministrativo>. Acesso em: 10 mar. 2023.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo: um documentário histórico**. 3. ed. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2011. 486 p.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume/Fapesb, 2000.

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.

MAGALHÃES, Vaneza. **Piso Elevado: tipos, execução e preço**. 2022. Disponível em: <https://carluc.com.br/projeto-arquitetonico/piso-elevado/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. **Transformação urbana: projetando novos bairros em antigas periferias**. Brasília: Thesaurus, 2012. 181 p.

MAZZARDO, Suélen Cristina. **Construção e transformação da paisagem: Aspectos da**

formação urbana de Itapiranga (SC). 2020. Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brasil.

MAZZARDO, Suélen Cristina. **Aspectos da evolução urbana de Itapiranga (SC):** cidade nova e pequena. 2017. 287 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Cap. 1.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. 968 p.

OLIVEIRA, Geórgia; VALE, Clécio Magalhães do. **Estratégias de flexibilidade na construção pré-fabricada.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, [S.L.], v. 25, n. 37, p. 150, 7 jun. 2019. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2316-1752.2018v25n37p150>.

PAULA, Martinho de. **Arquitetura modular: características,** arquitetos e exemplos. características, Arquitetos e exemplos. 2022. Disponível em: [https://suadecoracao.com/arquiteturamodular/#google\\_vignette](https://suadecoracao.com/arquiteturamodular/#google_vignette). Acesso em: 14 abr. 2023.

PIPPI, Luis Guilherme; LAUTERT, Alice Rodrigues. **Praças como espaços públicos relevantes:** aspectos pertinentes ao projeto. Projeto e Percepção do Ambiente v.4, n.1, Abril de 2019.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SELL, Lígia. **Espaços Públicos de qualidade:** a importância de espaços públicos de qualidade para a qualidade de vida das pessoas. A importância de espaços públicos de qualidade para a qualidade de vida das pessoas. 2017. Disponível em: <https://via.ufsc.br/espacos-publicos-de-qualidade/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUZA, Elifer Braga de. **A função da praça pública no ambiente urbano:** o caso da praça central de São José do Povo - MT. 2018. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, 2018.